



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 192***

*de 22 de agosto de 1994*

**"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 1995 e dá outras providências".**

*FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL - MS, aprovou e eu ADEMAR GESSI NUNES, seu PRESIDENTE, promulgo nos termos do artigo 51§ 7º da Lei Orgânica de Chapadão do Sul de 05.04.90, a seguinte LEI:*

## **Art. 1º..**

*Art. 1º - A elaboração do Projeto do Lei orçamentária para o exercício de 1995 abrangerá os Poderes executivo e Legislativo, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes estabelecidas por esta Lei.*

*Art. 2º - São as seguintes as diretrizes gerais para a elaboração da proposta orçamentária do Município;*

- I - O montante das despesas não poderá ser superior ao da receita;*
- II - As despesas correntes serão projetadas a preço de junho de 1994, considerando os aumentos ou as diminuições dos serviços;*
- III - Considerando a tendência do presente exercício e os efeitos de modificações na legislação tributária, as quais serão objeto do projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal, até quatro meses antes de encerramento do exercício as estimativas das receitas serão feitas a valores de Junho do 1994.*
- IV - Os Projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos Projetos, não podendo ser paralisados sem prévia autorização Legislativa;*
- V - O Município aplicará 25% de sua receita resultante de impostos, consoante dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de primeiro grau e pré-escolar.*

*Art. 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o Plano Plurianual em vigor, aprovado pela Lei nº 162/93, procederá à seleção das prioridades dentre as relacionadas no Anexo I, da referida Lei.*

*Parágrafo Único - Poderão ser incluídos programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de Governo.*

*Art. 4º - Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, entre o mês*

*de junho de 1994 e dezembro de 1994.*

*Parágrafo Único - Na hipótese de extinção do índice aludido neste artigo a atualização será procedida pelo índice de atualização dos valores fiscais.*

*Art. 5º - O Poder Executivo, com autorização do Poder Legislativo, poderá firmar acordos e convênios dos prazo até 01 (um) ano, com outras esferas de governo para desenvolvimento de ações de interesse comum nas áreas de educação, saúde, agricultura e abastecimento, assistência social, cultura, saneamento básico e segurança pública.*

*Art. 6º - As despesas com o pessoal da administração direta e indireta ficam limitadas a 65% da receita corrente.*

*§1º - O limite estabelecido neste artigo abrange os gastos da Administração direta e da indireta nas seguintes despesas:*

*a - salários;*

*b - obrigações patronais;*

*c - proventos de aposentadoria;*

*d - pensões;*

*e - remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;*

*f - remuneração dos Vereadores.*

*Art. 7º - As suplementações à Lei Orçamentária do exercício de 1995 far-se-ão até o montante de 60% (sessenta por cento), em consonância com os artigos 7º, I e 43, ambos da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.*

*Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*ADEMAR GESSI NUNES*

*Presidente*

---

*Lei Ordinária Nº 192/1994 - 22 de agosto de 1994*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*